



www.unimedconselheiro.com.br
Rua Blas Fortes, 216
36406-060 - São Sebastião
Conselheiro Lafaiete - MG
T. (31) 3769-3000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA ANS Nº 34.570-9 EXERCÍCIO DE 2018

Apresentação

Contexto Operacional

A Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. iniciou suas operações em 10/07/1980, conforme registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 34.570-9 e tem por objetivos a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços assistenciais médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos bem como operar e comercializar os planos privados de assistência à saúde nos termos da legislação aplicável.

É seu objetivo ainda a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas.

A Unimed Conselheiro Lafaiete fechou o ano com uma receita operacional líquida de R\$ 118.413.904,52 Os custos assistenciais ficaram em R\$ 92.546.921,16 e as despesas operacionais em R\$ 20.615.759,14. O resultado líquido foi de R\$ 5.251.224,22, sendo que R\$ 900.515,21 foram destinados para as reservas legais e R\$ 822.092,25 integralizado ao capital social dos cooperados referente juros de 12%. À disposição da assembleia ficará R\$ 3.528.616,76.

A Política de Destinação de Sobras ou Perdas da Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. permanece inalterada e prevê o rateio entre os cooperados na proporção da produção médica ou incorporação às reservas legais. Quando há perdas o valor da perda é absorvido pela reserva legal no encerramento do exercício.

O ano de 2018 foi marcado por várias conquistas. Ampliamos nossos Recursos Próprios inaugurando o Centro de Especialidades Médicas fortalecendo ainda mais nosso negócio, além de garantir aos médicos cooperados mais uma possibilidade de trabalho e aos nossos clientes um serviço de excelência.

Iniciamos a implantação do Programa de Acreditação de Operadoras de Planos de Saúde através do Programa Qualifica com a consultoria da Fundação Unimed. Com o desenvolvimento deste projeto esperamos alcançar ações de melhorias em nossos processos e controles internos, qualificar a Rede de Prestadores e aprimorar os Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde sempre com foco em resultados sustentáveis para a Cooperativa.



www.unimedcl.com.br
Rua Bias Fortes, 216
36406-060 - São Sebastião
Conselheiro Lafaiete - MG
T. (31) 3769-3000

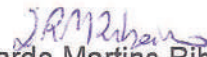
Outro destaque importante foi o desenvolvimento do nosso Planejamento Estratégico para o ano de 2019 utilizando a metodologia do BSC – Balanced Scorecard. O mesmo foi elaborado com total envolvimento dos colaboradores de vários níveis em conjunto com a diretoria executiva. Os objetivos estratégicos definidos foram: Mercado e Clientes, Finanças, Processos Internos, Aprendizagem e Conhecimento.

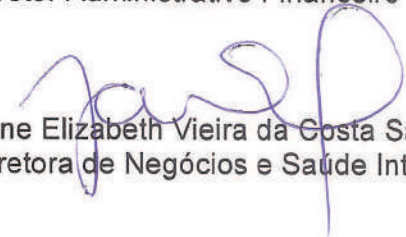
Para 2019 as metas estabelecidas em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico e com foco na Acreditação da Operadora e Certificação da ISO9000 são: aumentar a carteira de clientes; gerenciar os contratos; melhorar o relacionamento com o mercado; aumentar a eficiência operacional; reduzir custos assistenciais; otimizar serviços próprios; qualificar rede prestadora; ampliar ações de promoção da saúde e desenvolver competências.

Agradecemos o apoio dos cooperados, colaboradores, beneficiários, conselheiros e parceiros, que contribuíram direta ou indiretamente para os bons resultados da nossa cooperativa em 2018.

Conselheiro Lafaiete, 08 de fevereiro de 2019.


Sebastião Alves de Souza Júnior
Diretor Presidente


Luiz Ricardo Martins Ribeiro
Diretor Administrativo Financeiro


Jane Elizabeth Vieira da Costa Sarmento
Diretora de Negócios e Saúde Integral

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
LTDA.
Conselheiro Lafaiete - MG**

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas em seção posterior intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis – Relatório da Administração

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração, o qual deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório de Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, iremos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidade da Administração

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 08 de fevereiro de 2019.



BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427

MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(VALORES EM R\$)

ATIVO	Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		34.194.787,15	24.985.467,95
Disponível		189.089,77	24.948,66
Realizável		34.005.697,38	24.960.519,29
Aplicações Financeiras	5	18.684.402,32	11.962.079,67
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.767.255,84	7.184.375,61
Aplicações Livres		9.917.146,48	4.777.704,06
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	10.802.408,13	6.180.537,82
Contraprestações Pecuniárias a Receber		5.583.124,79	5.520.561,18
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		4.434.198,01	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		785.085,33	659.976,64
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	2.062.034,36	4.401.991,85
Créditos Tributários e Previdenciários		203.467,79	215.878,38
Bens e Títulos a Receber		2.241.190,67	2.186.907,73
Despesas Antecipadas		12.194,11	13.123,84
		12.381.521,05	12.173.697,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		5.900.391,38	6.192.719,70
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	3.058.934,77	2.974.552,64
Conta-Corrente com Cooperados	9	2.841.456,61	3.218.167,06
Investimentos	10	931.908,90	715.237,11
Outros Investimentos		931.908,90	715.237,11
Imobilizado	11	5.103.502,95	4.687.543,40
Imóveis de Uso Próprio		4.066.974,69	3.541.286,20
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		3.715.621,00	3.174.487,31
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		351.353,69	366.798,89
Imobilizados de Uso Próprio		1.036.528,26	929.128,84
Hospitalares / Odontológicos		527.774,20	584.930,48
Não Hospitalares / Odontológicos		508.754,06	344.198,36
Imobilizações em Curso		-	217.128,36
Intangível	13	445.717,82	578.197,34
TOTAL DO ATIVO		46.576.308,20	37.159.165,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(VALORES EM R\$)

PASSIVO	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		24.988.639,79	19.279.364,99
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	18.703.813,91	14.666.783,94
Provisões de Prêmios/Contraprestações		7.089.321,57	6.694.628,87
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG		7.089.321,57	6.694.628,87
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		2.207.600,18	1.601.756,03
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		5.763.499,99	3.059.999,35
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.643.392,17	3.310.399,69
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		525.633,36	148.778,89
Comercialização sobre Operações		745,10	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	15	524.888,26	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	148.778,89
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora	16	881.901,26	1.746.160,51
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	1.827.371,53	1.284.278,94
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		305,23	138.404,26
Débitos Diversos	18	3.049.614,50	1.294.958,45
		6.684.622,17	6.473.836,73
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	1.310.277,48	993.976,62
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		1.310.277,48	993.976,62
Provisões	19	3.019.994,84	2.518.538,05
Provisões para Ações Judiciais		3.019.994,84	2.518.538,05
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	2.354.349,85	2.961.322,06
Tributos e Contribuições Relacionadas à IN 20 (cooperativas) - Parcelamento		2.354.349,85	2.961.322,06
		14.903.046,24	11.405.963,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	7.830.380,35	6.920.038,14
Reservas	21	3.544.049,13	2.357.676,29
Reservas de Reavaliação		274.128,00	274.128,00
Reservas de Sobras		3.269.921,13	2.083.548,29
Resultado - Cooperativas	22	3.528.616,76	2.128.249,35
TOTAL DO PASSIVO		46.576.308,20	37.159.165,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(VALORES EM R\$)

DESCRIÇÃO	2018	2017
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	73.537.414,67	65.438.833,51
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	75.638.266,05	67.215.454,82
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	75.638.266,05	67.215.454,82
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(2.100.851,38)	(1.776.621,31)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(67.193.506,83)	(53.429.037,53)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(66.860.514,35)	(52.778.441,97)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(332.992,48)	(650.595,56)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	6.343.907,84	12.009.795,98
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	6.119,72	5.561,74
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18.551.830,38	17.418.878,55
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	16.760.502,43	13.161.748,20
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	1.453.550,94	4.244.533,73
Outras Receitas Operacionais	337.777,01	12.596,62
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(737.070,93)	(505.419,00)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde da Operadora	(4.088.369,49)	(3.052.692,55)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(1.613.655,70)	(1.539.587,15)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(605.953,29)	(629.255,74)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(1.868.760,50)	(883.849,66)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora	(7.580.347,88)	(15.527.182,79)
RESULTADO BRUTO	12.496.069,64	10.348.941,93
Despesas de Comercialização	(525.916,79)	(614.687,76)
Despesas Administrativas	(7.420.879,26)	(6.750.363,58)
Resultado Financeiro Líquido	1.068.541,57	1.132.437,24
Receitas Financeiras	1.409.258,35	1.616.402,63
Despesas Financeiras	(340.716,78)	(483.965,39)
Resultado Patrimonial	161.770,92	186.277,21
Receitas Patrimoniais	169.471,00	270.890,01
Despesas Patrimoniais	(7.700,08)	(84.612,80)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	5.779.586,08	4.302.605,04
Imposto de Renda	(382.148,43)	(495.593,92)
Contribuição Social	(146.213,43)	(187.053,81)
SOBRAS LÍQUIDAS	5.251.224,22	3.619.957,31

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
DEMONTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(VALORES EM R\$)

Descrição	Capital Social	Reservas					Sobras Acumuladas		TOTAL	
		Reservas de Reavaliação	Reserva para Contingências Judiciais	Fundo de Reserva	FATES	Fundo Esp. p/ Intern. de Alto Custo	Fundo p/ Equal. Margem Solvência	Atos Cooperativos		Atos Não Cooperativos
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.049.992,76	274.128,00	-	739.666,87	403.445,24	27.115,93	493.781,04	1.577.766,57	-	7.565.896,40
Aumento / Diminuição de Capital com lucros e reservas e em espécie										
Integralização do Capital	2.217.766,57	-	-	-	-	-	-	(1.577.766,57)	-	640.000,00
Baixa de cooperados	(16.444,69)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.444,69)
Reversões de Reservas										
Movimentação do FATES	-	-	-	-	(403.445,24)	-	-	-	-	(403.445,24)
Sobras do Exercício										
Proposta da destinação das sobras:										
Fundo de Reserva - 10%	-	-	-	329.055,63	-	-	-	(329.055,63)	-	-
FATES - 5%	-	-	-	-	164.527,82	-	-	(164.527,82)	-	-
FATES - Resultado atos não cooperativos	-	-	-	-	329.401,00	-	-	-	(329.401,00)	-
Juros ao Capital - 12%	668.723,51	-	-	-	-	-	-	(668.723,51)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.820.038,14	274.128,00	-	1.068.722,50	493.928,82	27.115,93	493.781,04	2.128.249,35	-	11.405.963,78
Aumento / Diminuição de Capital com lucros e reservas e em espécie										
Integralização do Capital	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	120.000,00
Baixa de cooperados	(31.750,04)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.750,04)
Reversões de Reservas										
Movimentação do FATES	-	-	-	-	(493.928,82)	-	-	-	-	(493.928,82)
Constituição de Reservas										
Fundo para Equalização da Margem de Solvência	-	-	779.786,45	-	-	-	-	(779.786,45)	-	-
Distribuição das sobras do exercício de 2017										
	-	-	-	-	-	-	-	(1.348.462,90)	-	(1.348.462,90)
Sobras do Exercício										
Proposta da destinação das sobras:										
Fundo de Reserva - 10%	-	-	-	511.848,12	-	-	-	(511.848,12)	-	-
FATES - 5%	-	-	-	-	255.924,06	-	-	(255.924,06)	-	-
FATES - Resultado atos não cooperativos	-	-	-	-	132.743,03	-	-	-	(132.743,03)	-
Juros ao Capital - 12%	822.092,25	-	-	-	-	-	-	(822.092,25)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.830.380,35	274.128,00	779.786,45	1.580.570,62	388.667,09	27.115,93	493.781,04	3.528.616,76	-	14.903.046,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
MÉTODO DIRETO
(VALORES EM R\$)**

DESCRIÇÃO	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	98.894.427,59	85.243.423,99
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	49.693.990,90	51.758.274,91
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	611.946,71	820.667,62
(+) Outros Recebimentos Operacionais	6.440.124,61	4.355.843,35
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(76.328.134,74)	(68.845.796,14)
(-) Pagamento de Comissões	(469.424,55)	(536.365,43)
(-) Pagamento de Pessoal	(4.172.932,39)	(3.929.932,51)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(456.699,38)	(414.278,57)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(1.596.504,25)	(1.629.044,66)
(-) Pagamento de Tributos	(5.157.084,25)	(5.157.137,89)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(159.556,05)	(640.617,64)
(-) Pagamento de Aluguel	(130.191,48)	(106.903,22)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(261.338,25)	(176.852,08)
(-) Aplicações Financeiras	(55.830.263,94)	(50.874.849,12)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(8.348.682,20)	(7.098.860,66)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.729.678,33	2.767.571,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	2.799,99	920,00
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(587.913,47)	(520.510,74)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(316.794,94)	(107.514,84)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(1.852,55)	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(43.545,36)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(947.306,33)	(627.105,58)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	80.000,00	160.000,00
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(423,06)	(5.484,99)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(135.554,64)	(976.831,79)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(1.530.503,15)	(1.347.834,91)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(31.750,04)	(9.095,88)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(1.618.230,89)	(2.179.247,57)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	164.141,11	(38.781,20)
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalentes de caixa	24.948,66	63.729,86
(=) Saldo Final de Caixa e equivalentes de caixa	189.089,77	24.948,66
(Redução)/Aumento do Saldo do Caixa e equivalentes de caixa	164.141,11	(38.781,20)
Ativos Livres no Início do Período (*)	4.802.652,72	1.765.154,13
Ativos Livres no Final do Período (*)	10.106.236,25	4.802.652,72
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - Recursos Livres	5.303.583,53	3.037.498,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isto é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate

**UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
LTDA.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
VALORES EM R\$**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. iniciou suas operações em 10/07/1980, conforme registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 34.570-9 e tem por objetivos a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços assistenciais médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos bem como operar e comercializar os planos privados de assistência à saúde nos termos da legislação aplicável.

É seu objetivo ainda a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas.

NOTA 2 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação cooperativista (Lei 5.764/71) e no que couber, às normas relativas às sociedades por ações (Lei 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme novo plano de contas estabelecido pela Resolução Normativa nº 290 e alterações posteriores, como também parcialmente os aspectos relacionados à Lei 11.941/2009, e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita

considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata temporis*, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

c) Ciclo operacional

Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo.

d) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. As aplicações financeiras são avaliadas pelo seu valor justo.

e) Contas a Receber e Provisão para Perdas Sobre Créditos

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3 da Resolução Normativa nº 418 da ANS.

f) Estoques

Estão avaliados pelo custo de aquisição através do método de custo médio ponderado reduzido por estimativas de perdas para ajustá-los ao preço de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição. Entendemos que os valores das investidas não necessitam de provisão no encerramento do exercício.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas admitidas pela legislação do imposto de renda. Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

i) Ativo Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida.

j) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores e de acordo com Nota Técnica Atuarial Própria para a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA. Já a provisão de eventos a liquidar é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta, ou ainda da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 209/09 e nº 290/2012.

l) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na sua totalidade. A operadora, ao final de cada mês, reconhece os eventos ocorridos e não avisados mediante a constituição da PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

m) Plano de Contas

O Plano de Contas utilizado pela entidade é o estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Normativa nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados sobre operações com não-cooperados (atos não cooperativos).

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.

Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação dos assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício, conforme demonstrado:

Descrição	2018	2017
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	8.767.255,84	7.184.375,61
Aplicações Livres	9.917.146,48	4.777.704,06
Total	18.684.402,32	11.962.079,67

NOTA 6 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos *Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde* está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Descrição	2018	2017
(+) Contraprestação Pecuniária a Receber	6.496.645,93	7.592.910,30
(-) Provisão p/ Perdas Sobre créditos – PPSC	260.869,88	1.412.372,48
(+) Contraprestação Corresponsabilidade Assumida	4.434.198,01	-
(+) Outros Créditos Operações de Assist. Med.Hosp.	132.434,07	-
Total	10.802.408,13	6.180.537,82

NOTA 7 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da operadora está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Descrição	2018	2017
(+) Contas a Receber Prest. de Serv. Méd. Hosp.	462.018,22	456.571,49
(+) Intercâmbio a Receber	1.633.161,77	4.144.210,04
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	33.145,63	198.789,68
Total	2.062.034,36	4.401.991,85

NOTA 8 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Representam os depósitos judiciais feitos pela cooperativa compreendidos pelos seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Depósitos Judiciais – Eventos/Sinistros	339.092,21	339.092,21
Depósitos PIS	385.655,38	385.655,38
Depósitos COFINS	1.779.947,71	1.779.947,71
Depósito Taxa ANS	400.206,06	367.902,00
Tributos Municipais	34.353,89	34.353,89
Deposito ISSQN	51.719,33	-
Processos Cíveis	24.045,96	23.687,22
INSS s/ Cédula de Presença	32.814,70	32.814,70
INSS	11.099,53	11.099,53
Total	3.058.934,77	2.974.552,64

NOTA 9 - CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

A Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. fez uso dos benefícios trazidos pela IN/DIOPE nº 20, tendo levado este assunto ao conhecimento dos cooperados através da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária ocorrida em 26 de março de 2009.

O valor repassado aos cooperados refere-se à COFINS dos exercícios de 1997 a 2002, consolidados no parcelamento da Lei nº 11.941/2009, cujo montante é de R\$2.841.456,61 (R\$ 3.218.167,06 em 2017).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos compreendem participações em outras empresas, notadamente cooperativas, e foram avaliados pelo custo de aquisição. São eles:

Investidas	2018	2017
Federação Interfederativa Estado Minas Gerais	290.004,90	233.913,24
Federação Intrafederativa Inconfidência Mineira	233.295,14	199.745,89
Central Nacional Unimed	176.630,03	160.281,33
Unimed Transporte Aeromédica MG Ltda.	14.225,26	3.955,94
Sicoob Credicom	65.996,14	40.288,88
Investimento Unimed Federaçao Minas (AFAC - Fundo Contingências e Oportunidades)	30.721,64	-
Federação MG Fundo Mútuo	121.035,79	77.051,83
Total	931.908,90	715.237,11

NOTA 11 - IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo imobilizado da entidade estava assim composto:

Itens	Taxa	Valor Original	Depreciação	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Terrenos	-	429.128,00	-	429.128,00	429.128,00
Edificações	4%	4.965.041,64	1.327.194,95	3.637.846,69	3.112.158,20
Máquinas e Equipamentos	10%	640.558,09	387.025,05	253.533,04	150.659,17
Informática	20%	556.880,50	412.242,94	144.637,56	97.672,64
Móveis e Utensílios	10%	950.998,55	455.884,63	495.113,92	486.793,41
Veículos	20%	430.452,40	287.208,66	143.243,74	194.003,62
Construção em Andamento	-	-	-	-	217.128,36
Total		7.973.059,18	2.869.556,23	5.103.502,95	4.687.543,40

Segue abaixo quadro de movimentação do ativo imobilizado no ano de 2018:

Descrição	2017	2018			Valor Contábil Líquido
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Terrenos	429.128,00	-	-	-	429.128,00
Edificações	3.112.158,20	707.775,42	-	182.086,93	3.637.846,69
Máquinas e Equipamentos	150.659,17	138.366,12	1.075,47	34.416,78	253.533,04
Informática	97.672,64	94.604,42	4.603,88	43.035,62	144.637,56
Móveis e Utensílios	486.793,41	91.949,35	4.370,73	79.258,11	495.113,92
Veículos	194.003,62	-	-	50.759,88	143.243,74
Construção em Andamento	217.128,36	490.647,06	707.775,42	-	-
Total	4.687.543,40	1.523.342,37	717.825,50	389.557,32	5.103.502,95

NOTA 12 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

A redução ao valor recuperável dos ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por redução do ativo, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. A CPC em pauta, em conjunto com outras CPCs, determina na essência que todos os ativos são suscetíveis a redução do valor do ativo. Em 31 de dezembro de 2018 realizamos testes em nossos ativos conforme descrito abaixo:

- Caixa e Equivalente de Caixa – Todos os nossos valores estão em instituições financeiras seguras, que não demonstram significativas dificuldades financeiras e nem processos de falência (Resolução CFC 1.196/09 – CPC 38 – pontos 59 “a” e “b”);
- Valores a Receber – As Operações com Planos de Saúde e Assistenciais tiveram testes de redução do valor do ativo seguindo as regras descritas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar através da Resolução Normativa nº 418, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3. Os valores relevantes fora do grupo de Operações com Planos de Saúde e Assistenciais foram realizados testes de redução do valor destes ativos;
- Outros Ativos – Dentro de outros ativos destacamos como valores relevantes os grupos de Terrenos, Edificações, Veículos, etc. Realizamos testes de redução do valor de Terrenos, Edificações e Veículos. Nossos testes não indicaram a necessidade de redução dos valores contábeis.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e controlados pela entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Em 31 de dezembro o Ativo Intangível estava assim composto:

Descrição	2018	2017
Sistema de Computação	760.382,71	763.835,34
Amortização Acumulada	(314.664,89)	(185.638,00)
Total	445.717,82	578.197,34

NOTA 14 - PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas foram calculadas conforme descrito na nota referente às principais práticas contábeis.

Descrição	2018	2017
Provisão de Prêmios/Contraprestações não Ganhas –PPCNG	7.089.321,57	6.694.628,87
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – SUS	3.517.877,66	2.595.732,65
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	5.763.499,99	3.059.999,35
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (a)	3.643.392,17	3.310.399,69
Total	20.014.091,39	15.660.760,56

- (a) A Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) passou a ser contabilizada através de Nota Técnica Atuarial Própria, aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar através do Ofício nº 1756/2015/GGAME (COATU)/DIOPE/ANS, de 30 de setembro de 2015.

NOTA 15 - OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se ao intercâmbio a pagar pela corresponsabilidade transferida pelo compartilhamento de risco previsto na RN nº 430 da ANS.

Descrição	2018	2017
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	524.888,26	-
Total	524.888,26	-

NOTA 16 - DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Refere-se a valores a pagar pelo atendimento eventual prestado a clientes de outras operadoras, demonstrado a seguir:

Descrição	2018	2017
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	881.901,26	1.746.160,51
Total	881.901,26	1.746.160,51

NOTA 17 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2018	2017
Tributos e Contribuições	690.692,84	529.473,36
Retenções de Impostos e Contribuições	649.571,93	497.960,58
Parcelamento de Tributos e Contribuições (a)	2.841.456,61	3.218.167,06
Total	4.183.739,38	4.245.601,00

(a) Refere-se ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, consolidado em julho/2011, estando assim dividido:

Descrição	2018	2017
Curto Prazo	487.106,76	256.845,00
Longo Prazo	2.354.349,85	2.961.322,06

NOTA 18 - DÉBITOS DIVERSOS

A composição dos *Débitos Diversos* está representada pelas contas demonstradas abaixo. O aumento do saldo da *Conta de Depósitos de Beneficiários e Terceiros* refere-se a adiantamento realizado por operadoras de planos para suprir o aumento do atendimento dos beneficiários na Fundação Ouro Branco.

Descrição	2018	2017
Obrigações com Pessoal	587.164,51	587.393,82
Fornecedores	445.528,26	466.282,69
Depósitos de Beneficiários e Terceiros	2.016.921,73	241.281,94
Total	3.049.614,50	1.294.958,45

NOTA 19 - PROVISÕES JUDICIAIS

A Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. constituiu provisões para cobertura das contingências abaixo:

Descrição	2018	2017
PIS s/ Faturamento	385.655,38	385.655,38
COFINS	1.779.947,71	1.779.947,71
Taxa ANS	400.206,06	-
INSS Caucionado – Cédula de Presença	32.814,70	32.814,70
Outras Contingências Tributárias	42.000,00	42.000,00
INSS	11.099,53	11.099,53
ISSQN	51.719,33	-
Tributos Municipais	34.353,89	-
Provisão para Ações Cíveis	282.198,24	267.020,73
Total	3.019.994,84	2.518.538,05

NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pela participação de 303 cooperados (302 cooperados em 2017), atingindo o montante de R\$ 7.830.380,35 (R\$ 6.920.038,14 em 2017).

NOTA 21 - RESERVAS

Estão assim constituídas:

Descrição	2018	2017
Reservas de Reavaliação (a)	274.128,00	274.128,00
Fundo de Reserva (b)	1.580.570,62	1.068.722,50
FATES (c)	388.667,09	493.928,82
Fundo Especial para Internações de Alto Custo (d)	27.115,93	27.115,93
Fundo para Equalização da Margem de Solvência (e)	493.781,04	493.781,04
Reserva para Contingências Judiciais (f)	779.786,45	-
Total	3.544.049,13	2.357.676,29

(a) Reservas de Reavaliação

Apresenta o saldo da reavaliação do imobilizado constituída em 1998, cuja realização ocorre através da depreciação ou baixa dos bens reavaliados.

(b) Fundo de Reserva

O Fundo de Reserva é constituído pela destinação de 10% das sobras líquidas do exercício.

(c) FATES

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é constituído pela destinação de 5% das sobras líquidas do exercício e pela destinação do resultado apurado nos atos não cooperativos.

(d) Fundo Especial Para Internações de Alto Custo

O Fundo Especial para Internações de Alto Custo foi criado na AGO de 15/03/2005, com o objetivo de garantir a cobertura parcial das despesas decorrentes das internações de alto custo.

(e) Fundo Para Equalização da Margem de Solvência

O Fundo para Equalização da Margem de Solvência foi criado na AGO de 26/02/2015, com o objetivo de garantir a suficiência do patrimônio líquido, em cumprimento às determinações da Agência Nacional de Saúde, constantes no art. 6º da RN 209/2009.

(f) Reserva Para Contingências Judiciais

O Fundo Especial para Contingência Judicial foi criado na AGO de 22/03/2018.

NOTA 22 - CONSTITUIÇÃO DE FATES E FUNDO DE RESERVA

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.

Descrição	2018	2017
Resultado do Exercício – DRE	5.251.224,22	3.619.957,31
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES – Art. 87 da Lei 5.764/71	(132.743,03)	(329.401,00)
Sobras e Perdas do Exercício	5.118.481,19	3.290.556,31
Fundo de Reserva – 10%	(511.848,12)	(329.055,63)
FATES – 5%	(255.924,06)	(164.527,82)
Juros s/ capital – 12%	(822.092,25)	(668.723,51)
Sobras à disposição da Assembleia	3.528.616,76	2.128.249,35

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. estão cobertos por seguros em montante considerado adequado pela Administração para a eventual reposição em caso de ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 24 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E CÍVEIS

A Unimed Conselheiro Lafaiete é ré em 42 processos judiciais sendo 11 classificados como perdas prováveis no valor de R\$ 324.198,24 e outros 31 classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 3.969.676,71. O montante considerado como provável está provisionado na sua totalidade.

NOTA 25 - GARANTIAS FINANCEIRAS

A Resolução Normativa nº 159 da ANS estabelece a necessidade de garantias financeiras para as provisões efetuadas de acordo com o estabelecido na Resolução Normativa nº 209 da ANS.

A Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., possuía em 31 de dezembro de 2018 aplicações garantidoras de provisões técnicas nas seguintes Instituições Financeiras:

Aplicações Vinculadas	2018	2017
Caixa Econômica Federal	1.369.615,63	1.302.887,34
Banco Santander (Brasil) S/A	2.193.935,24	930.228,55
Sicoob Credicom	5.203.704,97	4.951.259,72
Total	8.767.255,84	7.184.375,61

NOTA 26 - PRECIFICAÇÃO

Os critérios de rateio utilizados na rede assistencial própria que opera no mesmo CNPJ da operadora foi o seguinte: rateio dos custos com base na relação percentual das receitas dos atendimentos prestados aos beneficiários da operadora e dos atendimentos particulares de acordo com a tabela de preços praticada. Não foi

registrada qualquer despesa do pronto atendimento como despesa administrativa, ainda que relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento. A operadora mantém controle gerencial dos atendimentos aos seus beneficiários onde consta o CPF do beneficiário, o procedimento efetuado, a data e a precificação, de acordo com o preço que a operadora pratica com atendimentos de pacientes que não são beneficiários dos planos de saúde comercializados por ela.

NOTA 27 - SEGREGAÇÃO DE EVENTOS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2017 está consistente com os valores do grupo 4111.

O quadro abaixo foi preenchido pelos valores líquidos de Glosas, Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações.

- Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998:

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	2.033.360,92	438.808,19	176.457,98	662.192,71	726.094,95	-10.351,63	4.026.563,12
Rede Contratada	98.804,53	1.830.266,42	216.344,53	2.869.662,02	1.539.851,95	-60.725,16	6.494.204,29
Reembolso	3.956,60	4.935,76	23.142,37	-	15.759,68	-	47.794,41
Intercâmbio Eventual	131.356,06	123.663,06	74.283,67	2.967.984,15	704.489,28	-159.940,32	3.841.835,90
Outras Formas de Pagamento	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.267.478,11	2.397.673,43	490.228,55	6.499.838,88	2.986.195,86	-231.017,11	14.410.397,72

NOTA 28 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 29 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 30 - PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A Resolução CFC 1297/10 e o CPC 05, no ponto 20, citam a obrigação de registrar em notas explicativas o montante a pagar e a receber das

partes relacionadas. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os nossos membros estatutários e as pessoas jurídicas ligadas aos mesmos. Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de pagamento de honorários, produção médica e cédulas de presença. Os valores e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com os usufruídos pelos demais cooperados da nossa operadora e foram previamente aprovados em assembleia.

NOTA 31 - MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao disposto na Resolução Normativa nº 209 da ANS alterada pela Resolução Normativa nº 313 de 23 de novembro de 2012.

NOTA 32 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R2), aprovada pela Resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 33 - COMPARTILHAMENTO DE RISCO (RN 430/2017)

Adoção da RN 430/2017:

Conforme requerido pela RN 430, de 07 de dezembro de 2017, a Unimed Conselheiro Lafaiete adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2018 e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio.

Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimeds Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram da seguinte maneira:

Como Unimed Prestadora:

Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento por esta Unimed, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Indenizáveis" – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS e as faturas emitidas são contabilizadas como "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde", grupo 31112 do Plano de Contas da ANS.

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430, no ano de 2018, foram efetivados no mês de dezembro de 2018. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, foi no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 41112 e

311112 conforme normativa vigente. O total contabilizado como prestadora no ano de 2018 foi de R\$ 26.164.405,72.

Como Unimed Origem:

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários desta Unimed em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde", Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que intempestivos, ocorreram no exercício de 2018, para atender o disposto na RN nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde.

O reconhecimento da corresponsabilidade transferida foi aplicado aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117.

Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual.

O total contabilizado como origem no ano de 2018 foi de R\$ 17.610.873,24.

Os saldos contábeis referentes a 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

Conselheiro Lafaiete - MG, 31 de dezembro 2018.



Sebastião Alves de Souza Júnior
Diretor Presidente
CPF: 025.412.176-41



Cláudio Lúcio Amorim da Silva
Contador Responsável
CRC-MG: 055159/O-5